

Diretoria eleita é empossada na sede da Apub Sindicato

Página 4



Expansão das IFES: professores entregam dossiê ao MEC

Página 5



Disputa define nova diretoria do Sindicato

Página 4



Apub marca presença no CONAE 2014

Página 6 e 7



Comunidade da UFRB começa a pensar em eleição

Página 8

EDITORIAL

Unidade na luta

A vitória em disputada eleição, ao mesmo tempo reafirma a importância da democracia e de, na gestão que se inicia, se buscar a unidade na luta, nome/proposta da chapa vitoriosa. No ano que se inicia, devemos continuar mobilizados em três áreas: carreira, remuneração e defesa dos aposentados; defesa da universidade e de adequadas condições de trabalho; desenvolvimento e democratização da sociedade.

Em 2015, os servidores públicos federais e, dentro destes os professores, estarão em campanha salarial para definir os

reajustes a partir de 2016. Os docentes recebem, em março, a última parcela do acordo assinado em 2012.

É ano em que se inicia um novo governo sob pressão do “mercado” (setor financeiro, grandes empresas, mídia comercial) para que se reduzam os gastos públicos em defesa dos trabalhadores. Essa política recessiva que precisamos desmistificar, se implantada, poderá ter consequências nocivas, não só em termos salariais, mas na manutenção das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior).

Em 2015, tomam posse os novos integrantes do Congresso, que tem sido avaliado como mais conservador, o que tornaria a luta dentro dele mais difícil para os servidores. Diante deste quadro, devemos ampliar a mobilização da categoria; a transparência e o diálogo com a base; as articulações de alianças, em nível nacional, com o movimento sindical e docente; os espaços de nossos encontros.

Reafirmamos o nosso compromisso com sindicalismo de luta, democrático, eficaz na defesa dos professores e da educa-

ção, capaz de enfrentar velhos e novos desafios.

Esta edição do jornal é pequeno exemplo da continuidade e aprofundamento da luta docente. O exercício da democracia nas IFES está nas matérias que tratam da eleição realizada na Apub e na convocação da eleição para a Reitoria da UFRB. A defesa da universidade e condições de trabalho, na matéria sobre reunião para avaliação da expansão das IFES. A cobertura da Conae (Conferência Nacional da Educação) 2014 explícita, mais uma vez, nosso compromisso

com a educação pública. A cobertura do evento Mais direitos e mais reformas, realizado no último dia 10, no Centro de Salvador, é expressão da atenção aos movimentos que pretendem democratizar a sociedade.

Finalmente, a confraternização dos professores nos mostra como, no período de festas natalinas e às vésperas do ano novo, comemoramos a alegria de estar juntos, reafirmamos nossos ideais de solidariedade, recarregamos nossas energias para a construção de um FELIZ ANO NOVO.

FIM-DE-ANO

Professores se reúnem em confraternização

Sexta-feira, 19 de dezembro, a Apub realizou sua tradicional festa de confraternização de fim-de-ano no Boulevard Eventos, Pituba. Ao evento compareceram professores, funcionários e familiares em descontraído bate-papo e comemorações.



APUB SINDICATO

Chapa 1- Unidade na luta vence a eleição da Apub

Após acirrada disputa, a Chapa 1-Unidade na luta venceu a Chapa 2-Renovapub – com 535 votos contra 512 – nas eleições para escolha da nova diretoria e Conselho Fiscal da Apub, com a reeleição da professora Cláudia Miranda (Faced) à presidência da entidade. A votação se deu em dois dias, 26 e 27 de novembro, com urnas instaladas em todas as unidades onde há filiado, em Salvador e no interior, inclusive na UFOB e UFSB. Número bem maior do que o de costume.

Nesta eleição, foi reiterada a prática do Sindicato de financiar e divulgar o material das chapas concorrentes, enviando os encartes e planos de trabalho para as residências dos filiados. Uma atitude democrática tradicional da entidade. Também, foi garantido o pleno funciona-

mento das 43 urnas instaladas, assim como a apresentação das propostas aos docentes, através do debate realizado na véspera do pleito, na Faculdade de Arquitetura.

Um aspecto que a diretoria avalia como negativo foi o atraso no envio do material para as residências, devido à concessão pela Comissão Eleitoral de prorrogação do prazo de entrega dos arquivos para impressão pela Chapa 2-Renovapub. O não recebimento do encarte pode ter influenciado a redução da participação dos aposentados na votação, tendo em vista que esses representam cerca de 42% dos filiados.

Para compensar esta falta, a divulgação do material das chapas concorrentes foi intensificada pelos meios eletrônicos, através dos boletins semanais

e de mensagens especiais com as propostas da chapas. Além do envio de torpedos para lembrar aos docentes os dias de votação, especialmente os aposentados.

Outro ponto negativo identificado foi o fato de a Comissão não aprovar o uso do voto eletrônico para, excepcionalmente, permitir a votação entre professores fora da cidade, apesar de o Sindicato ter implantado, recentemente, um sistema com esta finalidade. Muitos professores questionaram a falta da participação através da internet. Isto também pode ter contribuído para a redução do número de votantes este ano.

Unidade na luta

Publicada a ata de homologação do resultado pela Comissão Eleitoral, no dia 3 de

dezembro, atestando que todos os mapas de apuração das urnas foram julgados procedentes e corretos, “sem contestação pelos fiscais e escrutinadores das chapas concorrentes e por membros desta Comissão”, a diretoria tomou posse no último dia 12, em solenidade na sede da Apub.

Com o resultado, foram reeleitos, além da presidente Cláudia, os professores Ubiratan Félix (IFBA), que passa a ocupar a diretoria Administrativa, e Joviniano Neto (FFCH/Apos), que permanece como diretor Social e de Aposentados. Entre os novos, representando quase 60% de renovação da diretoria, os professores Livia Angelin (ENF), vice-presidente; Sudário Cunha (Contábeis/Apos), diretor Financeiro; Cláudio Lira (Faced), diretor Acadêmico, e Lu-

ciene Fernandes (ICS), diretora de Comunicação e Cultura. Lielson Coelho (Economia) segue como titular do Conselho Fiscal ao lado dos recém-eleitos Luiz Edmundo Campos (POLI) e Geraldo Soares (FFCH). Os suplentes são José Vasconcelos (VET) e Laíse Guimarães (DIR).

Confiantes no apoio dos professores, a diretoria eleita afirma o compromisso com o sindicalismo de luta, democrático, eficaz, na defesa dos professores e da educação, capaz de enfrentar velhos e novos desafios. “Trabalharemos para a consolidação do sindicato como um lugar de professores de diferentes gerações, para construção de laços de afeto, troca de informações e celebração da vida e das vitórias obtidas pela categoria”, resume a presidente reeleita.

Seminário marca transição

No dia seguinte à posse, os membros das diretorias atual e eleita se reuniram em seminário de avaliação e planejamento de gestão. Durante todo o dia, os professores avaliaram o processo eleitoral, apontando pontos positivos e negativos, a exemplo da organização da eleição e comprometimento da Comissão Eleitoral; demora na entrega do material de campanha aos filiados, respectivamente.

Os docentes também discutiram os desafios e traçaram estratégias para superá-los durante o próximo biênio (2014-2016). Em linhas gerais, a avaliação sobre a gestão indicou uma melhoria em relação à atuação mais ampla, ativa e propositiva do Sindicato, porém ainda com uma participação acanhada da base nesses espaços políticos. O que sugere um maior inves-



timento da nova diretoria em ações que fomentem maior engajamento dos docentes na vida sindical.

Na avaliação da gestão 2012-2014, algumas ações e conquistas da Apub neste período merecem destaque: aprovação das regras e aceleração dos pedidos de promoção à classe de Titular, beneficiando muito docentes este ano; a intervenção pela reestruturação da carreira, inclusive pelas correções das distorções na Lei 12.772; aquisição da sede própria para melhor servir aos

filiados; reuniões com professores em estágio probatório e nas unidades, fortalecendo a construção da pauta local; elaboração e execução de uma política em defesa e valorização dos aposentados, culminando com o Encontro dos aposentados; luta em defesa da autonomia universitária e os atos em torno da melhoria das condições de trabalho e da avaliação sobre a expansão das universidades federais.

Entre os desafios apontados: reestruturação da representação sindical por unidade



de ensino; melhorar a comunicação com os associados; ampliação da base de filiados; promoção de espaços de debates nos campi do interior, para agregar mais os docentes aos debates; consolidar comissões temáticas e criar novas; expandir e qualificar ainda mais o serviço de assessoria jurídica.

Outros propósitos da diretoria é manter a articulação com outros movimentos sociais, bem como a realização de debates sobre questões amplas de interesse não só

da categoria, mas de toda a sociedade. Ainda na pauta, fomentar a discussão sobre a educação superior pública em nível nacional.

Representação junto ao Proifes

Na nova gestão, a Apub ganhará também mais um representante da diretoria no Conselho Deliberativo (CD) do Proifes Federação. Além dos professores Ubiratan Félix (IFBA) e Joviniano Neto (FFCH/Aposentado), a professora Livia Angelin (ENF), vice-presidente do Sindicato, integrará o Conselho Deliberativo na nova gestão da entidade federal. Outra novidade é a indicação da professora Silvia Leite (Faced) como integrante da direção da Federação.

APUB SINDICATO

Empossada a nova diretoria, que fica pelo biênio 2014-2016

A nova diretoria da Apub – biênio 2014-2016 tomou posse na última sexta-feira (12/12), durante assembleia geral realizada na sede do Sindicato. Além dos filiados à entidade, representantes da comunidade acadêmica e da Administração Central da UFBA, parlamentares e diretores da CUT, Proifes, Assufba e DCE participaram da solenidade. Durante as falas, os integrantes da mesa destacaram a luta da APUB por mais conquistas para a categoria, registrando as vitórias e a garra com que o sindicato vem sendo conduzido, com saldo positivo para os professores e para a universidade pública.

O presidente do Proifes, professor Eduardo Rolim, destacou o respaldo da categoria à gestão da Apub, com a reeleição da presidente e o empenho da diretoria na luta por mais conquistas para os docentes, alinhada à valorização da educação pública e de qualidade. A deputada Alice Portugal, servidora técnica-administrativa da UFBA, que sempre acompanhou a história da entidade, fez um breve resgate desde a fundação da entidade, em 1968, até os dias atuais e lembrou importantes nomes que se destacaram à frente da entidade, a exemplo de Sofia Olzsweski.

O vice-Reitor da UFBA, professor Paulo Miguez, parabenizou a nova diretoria, destacando a importância da independência entre as instituições para se fazer uma boa política e afirmou que a Reitoria da universidade está sempre aberta ao diálogo e que tem trabalhado conjuntamente com o sindicato para atender as demandas da categoria.

Cristina Brito, vice-presidente da CUT-Bahia, reforçou a importância de todos os trabalhadores se unirem em busca de avanços para a classe e



conta com o apoio dos professores, como uma forte categoria. Para Cristina, é a vontade desta que deve prevalecer na condução dos trabalhos pela direção das entidades.

Professora Cláudia Miranda, presidente reeleita, elencou algumas conquistas da última gestão e desafios para a nova. Segundo ela, os dois anos do mandato que se encerra agora foram marcados por uma atuação ampla, intensa e diversificada nos âmbitos das lutas mais gerais e específicas da categoria, da universidade e educação pública e da ampliação da democracia no Brasil.

Entre os avanços conquistados: debates com temas de interesse da categoria e da sociedade com diferentes setores e correntes políticas, intervenção pela reestruturação da carreira, inclusive pela correção das distorções na Lei 12.772 (transformada na lei 12.863), cobrança pela aprovação e aceleração dos pedidos de promoção para a Classe Titular, fortalecimento da política em defesa dos aposentados e da autonomia universitária. Alguns desafios que podem ser ressaltados é ampliação dos espaços de participação docente e a realização do se-

minário nacional para discutir a expansão das IFES, concretizando os debates temáticos realizados esse semestre com o MEC, a partir de uma provação da diretoria da Apub junto ao Proifes.

Ao final, a presidente agradeceu o apoio de todos os membros da diretoria anterior, principalmente os que não continuam – Marilene Santil, Asher First, Goretti Fonseca e Leopoldina Menezes – e elogiou a disponibilidade dos recém-eleitos, apontando a necessidade de aprimorar, cada vez mais, o trabalho em defesa dos professores universitários federais.

Marcaram presença também no evento o vice-presidente do Proifes Federação, Nilton Vasconcelos (SindEdu-tec-PR), o secretário estadual da Cultura, Albino Rubim (FACOM), a vereadora Aladilce Souza (Enfermagem), o deputado estadual Álvaro Gomes, presidente da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa, a professora Dulce Aquino, diretora da Escola de Dança da UFBA, e o diretor da Faculdade de Direito, professor Celso Castro, além de representante da vereadora Vânia Galvão.

EXPANSÃO DAS IFES

Oficina encerra ciclo de reuniões temáticas com o MEC

Este mês foram realizados os dois últimos encontros temáticos entre representantes dos docentes e do MEC (Ministério da Educação) sobre a expansão das IFES. A quarta reunião, na qual a Apub esteve representada pela professora Livia Angeli, aconteceu no dia 3 e tratou sobre condições de trabalho. No dia 16, foi a oficina final, uma espécie de resumo dos debates realizados ao longo do semestre sobre o tema.



A reunião foi iniciada com apresentação do secretário de educação Superior (Sesu), Paulo Speller, de dados sobre a evolução da educação nos últimos 12 anos no Brasil, demonstrando crescimento das universidades públicas, institutos federais, docentes e programas de incentivo, entre outros. Ele lembrou também que a expansão continua através do Plano Nacional de Educação, cuja meta é aumentar o número de vagas em 40% em 10 anos.

O presidente do Proifes afirmou que os números comentados pelos membros do governo são importantes, "mas que as lideranças da federação estavam lá para mostrar o outro lado da moeda, a realidade que os professores enfrentam. Na expansão houve acertos e desacertos, mas é pre-

ciso continuar avançando". Rolim entregou o dossiê elaborado pela Federação, junto aos sindicatos filiados, com os problemas levantados pelos docentes nas universidades. Ele apresentou um resumo do conteúdo, elencando cinco eixos:

- 1) continuidade da política de valorização salarial, solicitando uma agenda com o governo para que o projeto de lei que define o aumento salarial aconteça até o fim do primeiro semestre do próximo ano; 2) a necessidade da consolidação do que já começou a ser expandido nas IFES. Para isso, priorizar a fixação dos professores em campus de difícil acesso, oferecendo condições mínimas de trabalho, como auxílio transporte; 3) a proposta de autonomia universitária discutida pela categoria; 4) mudanças nas regras de insalubridade; 5) mudança do Decreto 186.796 sobre o controle de frequência do EBT.

Demandas dos docentes

Em linhas gerais, os principais pontos apresentados pelas lideranças foram: reajuste sala-

rial, publicização constante dos mecanismos envolvidos na matriz orçamentária; redução burocrática dos índices de reajuste, com a divulgação de tabela menos complexa; necessidade de um estudo aprofundado da RAP (Relação Aluno/Professor); editais de fomentos que privilegiam determinadas áreas e estados; diferença entre os dados apresentados pelo MEC e a realidade vivida pelos professores; criação de estímulos para fixação dos professores em unidades do interior, a partir de estudo de viabilidade ou não dos cursos e oferecer a infraestrutura básica para o funcionamento das unidades.

Sobre a RAP, os representantes do Ministério disseram que o índice foi um consenso com as universidades, mas que pode ser repensado. Isso porque, segundo os professores, com a pós-graduação, fica muito perversa esta relação aluno/professor nas unidades novas e pequenas.

Definição de prioridades

O MEC colocou que há concordância entre as demandas

dos professores e as do Ministério, como a consolidação da expansão. Segundo o secretário, foi realizada reunião com os reitores para saber as prioridades. Mas, ele concorda que para o reitor é difícil elencar esta ordem, o que dificulta a liberação da verba, pois não há dinheiro para tudo. Speller alertou que é a comunidade acadêmica que deve dizer quais as prioridades.

As professoras que representaram a Apub (foto) na oficina – a diretoria de Comunicação Luciene Fernandes (ICS), Leopoldina Menezes (MAT) e Sílvia Caldeira (IHAC) –, com base no documento construído pelo Sindicato a partir de assembleias e reuniões nas unidades da UFBA, avaliaram que é preciso entender melhor como foi a expansão na universidade para, assim, estabelecer uma pauta elencando as prioridades.

O secretário assumiu o compromisso de entregar o dossiê ao novo ministro da Educação, com defesa das pautas apresentadas. Além disso, a atual gestão ficou de enviar um posicionamento antes da mudança. O dossiê está disponível na página da Apub.



CONAE



APUB participa da II Conferência Nacional de Educação - CONAE

O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração. Este foi o tema da segunda edição da Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada entre os dias 19 e 23 de novembro de 2014 em Brasília. Estiveram presentes representando a APUB/Proifes as professoras Sílvia Leite e Uilma Amazonas, da Faced, e o professor João Augusto Rocha, da Politécnica.

O evento contou com mais de quatro mil pessoas, entre gestores, estudantes, professores, especialistas e movimentos sociais. A APUB participou ativamente de diversos debates e das proposições ali lançadas, a saber: Fontes alternativas de recursos a educação na Conae e a questão do pré-sal; Formação e Ensino Superior; Sistema de Ensino e Gestão democrática; Política de expansão da EBTt e Autonomia Universitária.

Fontes alternativas de recursos à educação e a questão do pré-sal

“Quais os recursos necessários para que se alcance no Brasil uma educação pública, universal e de qualidade em todos os níveis de ensino” foi tema de palestra do professor da Ufscar-SP e diretor de rela-

ções internacionais do PROIFES-Federação, Gil Vicente Reis de Figueiredo.

O diretor apresentou, entre outros dados, o montante de recursos que precisariam ser investidos em escolas públicas pelo conjunto das várias esferas de governo, por nível de ensino e elencou seis possíveis novas fontes de financiamento: Petróleo – Fundo Social, Royalties e participações; Vinculações Constitucionais; Elevação dos royalties sobre a exploração do mineral; Retomar a contribuição sobre a movimentação financeira; Regularizar o imposto sobre grandes fortunas e Reforma Tributária. A apresentação detalhada está disponível o site do PROIFES.

O Colóquio também contou com a palestra do consultor legislativo, Paulo César Ribeiro Lima, que abordou a Lei nº 12.858/2013, que dispõe so-

bre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural.

Formação e Ensino Superior

No 1º Colóquio, o tema “Política nacional de formação: articulação entre Ministério da Educação, sistemas de ensino e instituições públicas de Educação Básica e Superior” foi ministrado pela diretora de Apoio à Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica, Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde; pela ex-presidente e membro da Anfope (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), Helena Costa Lopes de Freitas; e pela presidente da Anpae (Associação Nacional de Política e Administração da Educação),

Márcia Angela Aguiar.

A discussão apontou a formação dos professores como foco do governo e, pensando nisso, pontuou os principais desafios para os próximos anos: formação como direito; atendimento às necessidades gerais e específicas; valorização do profissional da educação; articulação entre formação inicial e continuada; melhores condições de trabalho e de infraestrutura, entre outros.

As dirigentes também discutiram a meta 15 do PNE (Plano Nacional da Educação), que garante, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, política nacional de formação dos profissionais da educação em que “todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de

licenciatura na área de conhecimento em que atuam”.

Helena Freitas defendeu ainda a expansão nas universidades e dos institutos federais para a formação de todos os funcionários das escolas. O segundo colóquio, intitulado “Educação Superior e sociedade: ensino, pesquisa e extensão”, teve como palestrante o presidente do Conselho Nacional da Educação, Gilberto Gonçalves Garcia.

Sistema de Ensino e Gestão democrática

Que bases legais amparam a gestão democrática e quais os seus elementos essenciais foram as principais temáticas abordadas pela professora Socorro Coelho no terceiro dia do evento. A doutora em Educação pela PUC-SP destacou alguns marcos legais sobre o assunto, entre eles, o artigo 206 da Constituição Federal de 1988, os artigos 2º e 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei 9.394/96- (LDB), e as diretrizes do PNE Lei 10.172/2014.

As experiências acumuladas na construção da democracia no Brasil delinearam elementos essenciais da Gestão Democrática, expressos na criação dos Conselhos Escolares, na escolha livre e direta para gestores das Instituições Educativas, na construção coletiva do Projeto Pedagógico das Escolas, na participação da sociedade Civil nos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação, nos Conselhos do FUNDEB, da Alimentação Escolar e da Criança e do Adolescente.

Segundo Socorro Coelho, a Gestão Democrática implica a plena possibilidade de todos terem acesso à Instituição escolar em todos os níveis de ensino e com a garantia de nela permanecer até obter sua certificação com sucesso.

“O projeto de gestão democrática que defendemos, reforça a responsabilidade do Estado como principal protagonista e financiador das políticas públicas educacionais que proporcione um projeto pedagógico de construção da Escola inclusiva, com condições infraestruturais de trabalho, formação docente e salários dignos”, disse. Para ela é fundamental a criação de espaços de participação envolvendo docentes, discentes, pais ou responsáveis, técnicos e representantes do movimento social da área educacional que sejam autônomos.

Política de expansão da EBTT

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e membro do Conselho Fiscal do PROIFES-Sindicato, Reginaldo Soeiro de Faria analisou as políticas de expansão da Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (EBTT), com ênfase em participação social e desenvolvimento nacional.

A palestra girou em torno de como um projeto de governo transfere verbas a serem aplicadas na educação pública para a iniciativa privada por meio de programa de educação profissional técnica e tecnológica. Reginaldo Soeiro de Faria mostrou aos presentes números e matérias da grande imprensa referentes aos principais programas de governo, como Programa Universidade para Todos (ProUni), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

De acordo com o professor, as iniciativas são benéficas, mas principalmente no caso do Pronatec, destinam mais dinheiro à educação privada. “Existe toda uma Rede Federal



de EBTT, que está em expansão e que necessita de muitas verbas, para melhorar a qualidade dos laboratórios, das instalações, a capacitação dos professores e dos técnicos administrativos”, contextualizou.

O docente defendeu a criação de uma política mais ampla para a educação, que não dependa de governos, mas que represente um projeto de Estado, sendo o Plano Nacional da Educação (PNE) escrito pelos educadores desse país e não por políticos que no final são quem escrevem o PNE, com altas influências de grupos econômicos”.

Autonomia universitária

Um dos textos de destaque submetidos ao CONAE foi “A evolução do conceito de autonomia universitária”, do professor João Augusto de Lima Rocha da UFBA. O texto faz um histórico do processo da autonomia universitária desde a primeira greve de estudantes na Universidade de Paris, no início do século XIII até os dias atuais, passando pela redução dos controles eclesiásticos nos tempos feudais, seu isolamento na Idade Média, o controle rígido do Estado na formação dos estados nacionais, o nascimento da Universidade de Pesquisa na Alemanha do século XIX e a incorporação da extensão no início do século

XX com a influência das universidades americanas.

O texto destaca que “No Brasil, persiste, latente, a compreensão de que só tem sentido a aplicação do princípio da autonomia para as instituições públicas. As universidades particulares e, mais que isso, o conjunto, por demais heterogêneo, de instituições privadas de ensino superior, nem sequer cogitam desse assunto, a não ser para interpretar que a Constituição lhes garante a liberdade total, inclusive às anomalias mais gritantes. Isso vai de encontro à própria origem histórica do conceito de autonomia universitária, porque as universidades pioneiras não eram públicas, no sentido que identifica público com estatal.”

O autor cita também a controvérsia legal do conceito de autonomia, questionando “a respeito de se é, ou não, autoaplicável, o Art. 207 da Constituição Federal, que tem o grande significado e consagrar a autonomia universitária como direito garantido pela lei maior. No entanto, isso traz em seu bojo uma desvantagem, porque, desde 1988, a autonomia fica como algo etéreo, paralisado no quase perfeito texto constitucional, mas absolutamente distante do que é aplicado, em essência, no dia a dia das universidades, mesmo as públicas.”

O texto finaliza colocando

em debate os projetos de autonomia universitária defendidos pela Andifes e Proifes, ao estabelecer que “diante da paralisante situação, a Andifes, por um lado, e o Proifes, por outro, defendem atualmente algo correto, que é a elaboração de uma lei regulamentadora da autonomia. A divergência maior entre as duas propostas parece ser a de que a Andifes quer que cada universidade seja absolutamente autônoma, enquanto o Proifes defende, muito justamente, que haja um sistema público de instituições de ensino superior, em que a política de pessoal e os direitos dos servidores sigam unificadas, abrangendo inclusive as instituições de EBTT.”

A APUB, enquanto entidade sindical, acredita que a II Conferência Nacional de Educação foi um polo aglutinador de debates e de construção de um projeto de educação que garanta mais autonomia, condições de trabalho, fontes de financiamento, formação e crescimento das instituições federais no país. A luta continua em todos os espaços, seja na construção interna do sindicato, nas pautas de luta e nas mobilizações para a efetiva transformação da sociedade.

*com informações da Assessoria de Comunicação do PROIFES.

REFORMA POLÍTICA

APUB presente na Marcha popular por mais direitos e mais reformas

A APUB participou, através de sua direção sindical e demais professores presentes, da Marcha popular por mais direitos e mais reformas, que ocorreu no dia 10 de dezembro em Salvador. A marcha, que reuniu mais de mil e duzentas pessoas, contou com a presença de sete centrais sindicais, dezenas de sindicatos e mais de 14 movimentos sociais e entidades, além de representantes de partidos políticos, com faixas, bandeiras e cartazes em defesa da democracia, da participação popular, por mais direitos sociais e pela reforma política no Brasil.

O ato teve início às 15h, com concentração no Campo Grande. Os manifestantes seguiram então por toda a Avenida Sete de Setembro, passando pela Piedade, Praça

Castro Alves até seu destino final, a Praça Municipal. Durante o trajeto, foram distribuídos panfletos conscientizando as pessoas sobre a importância do evento.

A marcha é o resultado de uma articulação nacional das entidades envolvidas com sua construção e ocorreu nas principais capitais do país, a exemplo de Brasília, Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Um projeto de desenvolvimento econômico com distribuição de renda saiu vencedor nas urnas com a reeleição de Dilma Rousseff. Por outro lado, forças econômicas neoliberais, tendo a mídia enquanto seu articulador principal, tentam ameaçar a democracia e os avanços sociais dos últimos

12 anos. Setores reacionários da sociedade chegaram ao absurdo de fazer mobilizações de cunho fascista pedindo o impeachment do governo eleito e o retorno da ditadura. A marcha popular foi a resposta imediata às tentativas de golpismo, reunindo mais de 50 mil pessoas em todo Brasil por mais direitos, mais reformas e o aprofundamento da democracia.

O Congresso Nacional eleito tem a composição mais reacionária desde o período da ditadura militar. A maioria dos deputados e senadores é formada por empresários, militares, ruralistas e conservadores, com a redução da presença de parlamentares sindicalistas, trabalhadores e oriundos dos movimentos sociais. Isso é

resultado de um sistema representativo perverso, onde praticamente 10 empresas financiaram 70% dos candidatos. Diante da crise do sistema político vigente, é necessário construir uma força social capaz de fazer valer a vontade popular por mais direitos e mais reformas.

Dentre as bandeiras de luta presentes na marcha, estavam a democratização dos meios de comunicação, o fim do financiamento privado de campanhas, mais investimento para moradia, mobilidade, saúde e educação, a redução da jornada de trabalho para 40h sem redução dos salários, o fim do fator previdenciário, além da realização de um plebiscito oficial que pergunte à população se ela é favorável à

convocação de uma Assembleia Constituinte Exclusiva para mudar o sistema político. As entidades e movimentos sociais presentes à marcha defenderam a ampliação dos direitos sociais através de reformas estruturais, democráticas e populares.

Participaram da marcha a CUT, CTB, Força Sindical, UGT, Intersindical, Nova Central Sindical, Consulta Popular, MST, Levante Popular da Juventude, Marcha Mundial das Mulheres, MAB, dentre outras entidades. A APUB sempre estará presente nas ruas por mais direitos e mais reformas populares, cumprindo seu papel histórico na luta de seus afiliados e pela educação universitária de qualidade.

ELEIÇÕES NA UFRB

Comunidade acadêmica começa a refletir sobre a sucessão

O processo eleitoral ainda não tem calendário definido. Mas, faltando cerca de oito meses para a chegada do novo Reitor, é hora de começar a pensar na sucessão. Esta será a primeira vez que o comando da UFRB vai para as mãos de outra pessoa. Paulo Gabriel ocupa o posto desde a fundação da instituição de ensino, em 2006.

A eleição significará efetivamente uma transição ainda não vivenciada pela jovem instituição de ensino superior. Por isso, se faz necessário estabelecer um calendário de consulta que permita um período razoável de passagem entre a gestão atual e a nova. Existem universidades federais já consolidadas que reservam até um ano de transição entre reitores. E na Federal do Recôncavo a experiência nas eleições para diretores é de prazo apertado nos



processos de escolha ou até mesmo após a data de encerramento do mandato do dirigente atual.

Para evitar estes transtornos, o Reitor Paulo Gabriel levou a discussão para a reunião do Consuni (Conselho Universitário) e se comprometeu em convidar as representações de docentes, técnicos, discentes da universidade para uma reunião, propondo a construção do calendário para ser discutido com a comunidade acadêmica, e que permita a realização de um processo tranquilo.

APUB SINDICATO

Sede própria será inaugurada em março

Em fase de conclusão das obras, a inauguração da nova sede da Apub Sindicato, adquirida pela diretoria da gestão 2012-2014, após aprovação dos filiados em assembleia realizada no dia 13 de fevereiro deste ano, está prevista para março, abrindo o semestre. A mudança da instalação do Sindicato, no entanto, acontece agora em janeiro.

A sede nova está localizada ao lado da Escola Politécnica, na rua Aristides Novis, que leva ao campus de São Lázaro, onde funcionam a Faculdade de Filosofia e o Instituto de Psicologia. No local funcionou o Centro de Referência de Apoio à Mulher Loreta Valadares.

Com três pavimentos e área maior do que a da sede atual, a casa atende exatamente à necessidade da entidade em relação a espaço. Nesta, cada setor terá uma sala exclusiva para seu funcionamento, especialmente a



Assessoria Jurídica, permitindo maior conforto aos associados. Além de manter a Galeria Sofia Olzsweski, o Sindicato ganha auditório.

A nova sede, assim como a atual, será espaço de encontro, atividades culturais, congraçamento, mobilização e luta da

categoria, em busca de mais conquistas para os docentes. A mudança acontece após 46 anos a instalação da Apub na casa 49 da rua Padre Feijó, em resistência à violência da ditadura militar dentro da UFBA, em 1968.

